



I Representação Parlamentar I



## **Declaração Política | Abril**

### **Deputada Lúcia Arruda**

A fúria contra os trabalhadores e trabalhadoras deste país, perpetrada pelo governo PSD/CDS, todos os dias tem novos patamares de intensidade.

No passado fim-de-semana, Passos Coelho, como primeiro-ministro, e como líder do PSD, assumiu a vontade política de diminuir a T.S.U. paga pelas empresas.

Advoga o Sr.º Primeiro-ministro que esta medida é indispensável para captar investimento e para criar emprego.

O que nos mostra a realidade é que apesar de alguma reanimação da economia, o desemprego não baixa, centenas de milhares de portugueses e portuguesas e suas famílias desesperam na busca de trabalho.

É este desespero que Passos Coelho tenta utilizar para mais uma vez atacar os trabalhadores/as em favor do capital.

É certo que no rendimento mensal do trabalhador não há alteração, mas a realidade é que esta proposta leva à descapitalização da segurança social e, por esta via, vai trazer mais dificuldades ao pagamento dos apoios sociais e, a prazo, a imposição de novos cortes nas reformas.

Esta é que é a essência desta proposta. Podem vir os seus defensores apresentar as mais variadas teses para provar o absurdo, de que a Segurança Social não é prejudicada. Que pode ser compensada pelo orçamento.

Mas onde se corta? Na saúde? Na educação? Isto é, em serviços vitais para os portugueses/as? Afinal quem paga?

Dêem as voltas que quiserem para defender o indefensável, que esta proposta não passa de mais uma monstruosa transferência financeira do trabalho para o capital.

É, aliás, elucidativo, que o governo só olhe para o trabalho, e para a necessidade de baixar os custos do trabalho. Se atentarmos nas reivindicações do patronato, há uma que é reiteradamente assumida por estes: o preço da energia!

A energia em Portugal é extremamente cara, em comparação com a maior parte dos países da zona euro, e este factor pesa, e muito, na formação dos preços e, logo, na competitividade. Mas este problema não é prioritário para o governo PSD/CDS. E porquê?! Porque o sector da energia está nas mãos do capital financeiro e, logicamente, o governo neste não toca, pois está ao seu serviço!

Com esta proposta, Passos Coelho mais não visa do que prosseguir o seu assalto à Segurança Social e a redução de apoios sociais e pensões. Em suma, o ataque aos trabalhadores/as que vivem da sua força de trabalho.



I Representação Parlamentar I



Todos sabemos que, para o Governo PSD/CDS, a reforma da Segurança Social é o alfa e ómega da sua estratégia.

Todos sabemos que a proposta que está na secretária do governo e do ministro Mota Soares é o plafonamento das pensões para que os trabalhadores/as sejam obrigados a pagar para fundos de pensões privados, se quiserem ter alguma reforma de sobrevivência no fim da vida.

Para atingir este objectivo, Passos Coelho já não vai à bruta, como em 2012, agora a tática é “devagar se vai ao longe”.

A destruição da Segurança Social é um velho objetivo da direita para apoiar os fundos de investimento das companhias de seguros, e neste desiderato tem ainda, embora de forma envergonhada, o apoio do PS, que em nome da sustentabilidade da Segurança Social iniciou os cortes nas reformas. Lembremo-nos da reforma na Segurança Social do ministro Vieira da Silva.

Quer isto dizer que não defendemos uma reforma para a sustentação da Segurança Social? É evidente que não! Apresentamos propostas, mas as nossas propostas são a favor dos trabalhadores/as, e não contra os trabalhadores/as!

O BE defende, nomeadamente, a alteração da fórmula como se calculam os descontos do patronato para a segurança social, deixando de ser apenas pelo número de trabalhadores, mas sim num modelo misto, entre o número de trabalhadores e o volume de negócios das empresas.

Com a revolução tecnológica, com o incremento dos serviços, enfim, com a nova economia nascida nos finais do século passado, o número de trabalhadores/as por empresa diminuiu, e hoje, empresas com um pequeno número de trabalhadores facturam muito mais que grandes empresas de mão-de-obra intensiva.

Este sistema permitiria aumentar os recursos da Segurança Social e diminuir as contribuições de empresas e sectores de mão-de-obra intensiva.

Mas este sistema não interessa ao grande capital, logo, não interessa à trindade PSD, CDS e ao seu aliado, PS.

Há alternativas em todas as áreas às políticas seguidas pela direita, a questão está em saber a quem se quer servir. Ao trabalho ou ao capital.

Passos e Portas podem ficar descansados, porque, mais este vil ataque a quem vive do seu trabalho terá resposta dos trabalhadores/as do nosso país!

E neste capítulo da T.S.U., seria interessante saber qual a posição do PS, que nada disse sobre a matéria, ou quer esquivar-se entre os pingos da chuva, agora, para vir depois das eleições fazer aquilo que a Direita, agora, anuncia?

Horta, 16 de Abril de 2015